

ÉTICA E POLÍTICA NO PENSAMENTO DE MAQUIAVEL

Francisco de Paula SOUZA
Instituto de Filosofia - PUC-Campinas

RESUMO

O presente artigo analisa o pensamento político de Maquiavél à luz da nova metodologia por ele empregada na construção da ciência política. Mostra que a utilização dessa metodologia confere à política maquiaveliana seu estatuto epistemológico de verdadeira ciência, construída a partir da observação direta dos fatos políticos e dos ensinamentos da História, libertando, conseqüentemente, a ciência política das imposições da Metafísica de Aristóteles e da tradição religiosa. A conquista de autonomia pela ciência política maquiaveliana perante a Metafísica e a Religião, consagra também sua independência e separação em relação à Ética. O autor observa, entretanto, que, a política, enquanto ciência, se apresenta destituída de compromissos éticos derivados do exercício da atividade política.

RÉSUMÉ

Le présent article analyse la pensée politique de Machiavel à la lumière de la nouvelle méthodologie employée par lui dans la construction de la science politique. Il montre que l'utilisation de cette méthodologie confère à la politique machiavelienne son statut épistémologique de vraie science, construite à partir de l'observation directe des faits politiques et des enseignements de l'histoire et, par consequence, affranchie des impositions de la Métaphysique d'Aristote et de la tradition religieuse. L'autonomie de la politique machiavelienne devant la Métaphysique et la Religion, consacre aussi son indépendance et sa séparation relativement à l'Étique. L'auteur observe, néanmoins, que, si la Politique, en tant que science, se présente affranchie des engagements étiques. L'homme qui fait de la politique, au contraire, ne pourra jamais ne pas se charger de tous les compromis étiques dérivés de l'exercice de l'activité politique.

INTRODUÇÃO

Homem do Renascimento, Maquiavel (1469-1527) respira intensamente a atmosfera cultural desse momento histórico. Deixa-se ele impregnar, de modo especial, pelo clima naturalista que, então, imperava entre os mais ilustres

representantes da cultura da época. Esse naturalismo - que marcou profundamente a fisionomia espiritual do Renascimento italiano - descendia de certo aristotelismo averroista e heterodoxo preocupado em estabelecer contacto direto com as coisas do mundo buscando conhecê-las em si mesmas através da experiência e desejoso, com

isso, de superar o difuso autoritarismo de Aristóteles, até então, mediador exclusivo no estudo da natureza.

Representou, por conseguinte, o naturalismo, nesse período, a exigência, extremamente fecunda para a evolução da ciência, de prescindir, como novo expediente metodológico, do apelo ao transcendente e ao sobrenatural e de recusar a mediação de doutrinas religiosas e metafísicas como pressuposições imprescindíveis para o conhecimento científico da natureza.

Não obstante, porém, vivesse Maquiavel imerso nesse clima naturalista do início do Renascimento italiano, careceria de consistência a afirmação segundo a qual Maquiavel constrói seu pensamento político sob a influência direta do aristotelismo averroista. Maquiavel, ao colocar suas posições políticas, não se deixa tomar por preocupações de caráter especificamente filosófico. Certamente, porém, o aristotelismo heterodoxo e averroista, gerador do naturalismo, constitui para Maquiavel o ambiente cultural em cujo interior elabora seu naturalismo político (1).

Entretanto, embora para compreensão e justa avaliação do pensamento político de Maquiavel, especialmente no que concerne ao relacionamento desse pensamento com a ética, se demonstre imprescindível o enquadramento da política maquiaveliana no contexto cultural naturalista em que ela foi elaborada, se apresenta também como imperiosa a necessidade de inseri-la, para compreendê-la, no ambiente social e político em que se encontravam as cidades italianas, no século XVI, dedicando-se consideração especial aos costumes políticos que nelas vigoravam.

1. POLÍTICA NO PENSAMENTO DE MAQUIAVEL

Inspirado na nova metodologia sugerida pelo naturalismo presente na cultura de sua época, Maquiavel buscou construir sua visão da política baseando-se na observação pessoal e direta dos fatos políticos e sociais de seu tempo. Elaborou, dessa forma, uma obra que reflete com precisão as vicissitudes e os problemas da política que se realizava concretamente nas cidades italianas no período renascimental.

A nova metodologia conduziu Maquiavel a ultrapassar, de forma radical, a doutrina do Estado

e a práxis política propostas pelos pensadores antigos e medievais. A observação direta e objetiva dos fatos, a busca da “verdade efetiva das coisas” (2) se contrapunha, naquele momento, especialmente, ao sobrenaturalismo doutrinário dos teóricos da Idade-Média que condicionava a si, radicalmente, a compreensão da natureza e, ao mesmo tempo, conduzia ao ultrapassamento do fideísmo que, na perspectiva medieval, subordinava a razão à fé. O naturalismo metodológico de Maquiavel sugeria-lhe também a rejeição da doutrina medieval da preeminência da Igreja sobre o Estado e levava-o a romper com a tradição do “agostinismo político” profundamente arraigado no espírito dos pensadores medievais que concebiam o Estado em função da realização ultraterrena e sobrenatural do homem.

A mesma metodologia derivada do naturalismo deve ter conduzido Maquiavel a consagrar à história romana atenção toda especial. Buscava ele encontrar na história da Roma antiga o paradigma de grandeza a ser proposto à Itália combalida do período renascimental como estímulo poderoso para sua restauração política e social. A história da república romana, na opinião de Maquiavel, guarda os segredos da mais rica sabedoria política a serem desvendados em benefício de seus contemporâneos. Para o realismo com que Maquiavel pretendia construir sua concepção da política, o modelo da república romana se apresentava com as características de um protótipo assentado sobre fatos garantidos e testemunhados pela história. A observação minuciosa dos fatos, quer na sua efetiva realização quotidiana como enquanto propostos na sua inquestionável verdade histórica, devia conduzir a elaboração da política maquiaveliana para posições teóricas muito distantes de uma política construída à luz de meras abstrações metafísicas ou ilusoriamente firmada nas elucubrações de arrojadas utopias.

Assim, a observação meticulosa dos fatos e o estudo atento e aprofundado da história, conduzem Maquiavel à constatação da maldade inata do homem e à elaboração de uma concepção profundamente pessimista da natureza humana. Tal posição transparece tanto na obra *O Príncipe* quanto nos *Discursos* como fundamental para a construção da política destinada, aos olhos de Maquiavel, a restaurar a grandeza da Itália, sua

pátria, e a redimi-la e libertá-la dos bárbaros que a dominavam.

A maldade inata dos homens, o fato de serem os “homens perversos” (3), constitui elemento de fundamental importância para mostrar que a existência do Estado nunca se dá em função de uma tendência natural do homem a conviver harmonicamente na sociedade. O Estado se conquista e se mantém pela força que representa o alicerce sobre que se deve apoiar a preservação de sua grandeza (4). A existência do Estado se assenta na compatibilização forçada das liberdades individuais constringidas a se subordinar aos interesses soberanos do Estado, não obstante todo o dinamismo e os conflitos gerados no jogo político das vontades que lutam pela satisfação de suas necessidades individuais. Torna-se imprescindível, portanto, por parte daquele que detém o poder no Estado, a utilização, recomendada sempre pela observação dos fatos e pelo estudo da história, de um conjunto de expedientes e técnicas capazes de assegurar-lhe a máxima eficácia na preservação do Estado e na conservação de suas supremas finalidades.

Em modo particular, uma política que pretenda assegurar, de maneira eficaz, a defesa da existência e dos interesses do Estado, recomenda ao príncipe que nunca deixe “de se preocupar com a arte da guerra” (5) e se consagre a essa arte especialmente em tempo de paz.

Objetivamente, para Maquiavel, uma política que pretenda ser eficaz e que, ao mesmo tempo, tenha assumido como ponto de partida para sua construção, à luz da observação das coisas e dos ensinamentos da história, o postulado fundamental da maldade inata do homem, só dispõe do recurso à força para garantir a realização de seus objetivos. E mesmo que se imponha à perspicácia e à habilidade do príncipe no trato com seus súditos certa dosagem, adequada ao tempo e ao lugar, do uso da força, a lógica do poder do Estado determinará sempre que as precauções e o comedimento do príncipe no emprego da força aconteçam em função, em última análise, da estabilidade do próprio Estado. Por isso, será sempre em nome da preservação dos interesses do Estado que o príncipe dirá a verdade, mentirá, fingirá (6), será cruel ou magnânimo, respeitará ou não os compromissos derivados da palavra empenhada. O que acima de tudo e

efetivamente importa, em todas as suas ações, é que alcance êxito e eficácia na preservação e engrandecimento do Estado (7). Para a conquista e conservação do Estado, compete ao Príncipe o emprego indiscriminado de todos os meios a sua disposição. “Os meios que empregar serão sempre julgados honrosos e (serão) louvados por todos” (8).

Assim, na concepção política de Maquiavel, o Estado constitui o valor supremo no plano da vida e da história. As exigências e interesses do Estado representam finalidades às quais se subordinam todos os outros valores que somente valem na medida em que representam meios para a realização do Estado na sua mais absoluta autonomia. A pressuposição maquiaveliana da autonomia do Estado, concebido como realidade e valor supremos, acarreta fatalmente o surgimento da política como categoria autônoma desvinculada de quaisquer compromissos que não se identifiquem com o objetivo fundamental de realização da grandeza do Estado. Na efetivação concreta de seus objetivos, a política assume as características de uma vasta e meticulosa metodologia do fazer político, propondo técnicas precisas e eficazes para a realização dos objetivos da política identificados sempre com a preservação e engrandecimento do Estado.

Concebido o Estado como valor supremo, perde, por conseguinte, relevância a discussão clássica em torno do regime político a presidir o exercício do poder no Estado. Firmado em seus vastos e profundos conhecimentos da história de Roma que lhe revelavam a grandeza da república romana, Maquiavel, nos **Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio**, se deixa empolgar pelas virtudes do regime republicano. Por outro lado, em **O Príncipe**, tristemente impressionado pela situação de corrupção e anarquia imperantes na Itália de seu tempo, escravizada e dividida, Maquiavel vê na monarquia absoluta o único regime que - permitindo a concentração do poder nas mãos de um só homem dotado da “virtù” necessária à grandeza da tarefa - se apresenta em condições de unificar a Itália e libertá-la dos invasores estrangeiros.

Não desconhecia, entretanto, Maquiavel que a estabilidade política e a ordem social não poderiam repousar, por muito tempo, na força e no gênio

político de um único homem, por mais que ele se apresentasse dotado daquela “virtù” que lhe propiciara a criação e a restauração do Estado. Impunha-se a instauração do Estado em bases institucionais, dotando-o de leis capazes de assegurar-lhe a estabilidade e a continuidade, mesmo nos momentos de crise em que, porventura, tenha que se deparar com a incapacidade ou a ausência definitiva do Príncipe.

Com essa posição teórico-científica e não propriamente filosófica, expressa especialmente nos **Discursos**, Maquiavel busca ultrapassar a aparente circunstancialidade e a contingência de uma proposta política, como a consignada em **O Príncipe**, inteiramente condicionada a seus fervorosos e patrióticos anseios de ver restaurada a unidade política da Itália e instaurada em solo italiano uma monarquia absoluta e poderosa capaz de impor respeito às grandes monarquias européias da época.

Na verdade, alguns analistas do pensamento político de Maquiavel chegam a descobrir diferenças profundas entre as duas principais obras maquiavelianas, não obstante as inúmeras referências contidas nos **Discursos** que remetem a **O Príncipe** e que fazem supor, em muitos pontos, a existência de identidade fundamental de doutrina. Assim, transparece, com meridiana evidência, que **O Príncipe** - tendo sido redigido em função das condições vividas pelas cidades italianas no momento de sua composição - propõe como tarefa prioritária do príncipe a segurança do Estado. Por outro lado, nos **Discursos**, em que Maquiavel assume como modelo a república romana, a liberdade constitui o objetivo fundamental (9).

Concebido, portanto, em **O Príncipe**, o Estado como valor supremo, sua segurança passa a constituir a tarefa mais importante a realizar. E, conseqüentemente, para uma política firmemente implantada na crueza do cotidiano, amparada na verdade efetiva dos fatos e no testemunho da história, a ação política não pode encontrar barreiras intransponíveis quando seu objetivo consistir na preservação da integridade e segurança do Estado.

Por essa razão, a destruição total de uma cidade conquistada (10), a dominação exercida pela força das armas (11) o assassinato (12), as crueldades bem praticadas (13), as execuções

memoráveis (14) repetidas de dez em dez anos (15), o aliciamento do povo (16), o estabelecimento do Estado sobre sólidos fundamentos representados por leis adequadas e exércitos não mercenários (17), a preparação constante para a guerra (18), a funcionalidade política das virtudes e qualidades puramente aparentes (19), o equilíbrio entre liberalidade e parcimônia (20), o perjúrio (21), tudo - sem as mistificações de um angelismo irreal e hipócrita - deve se apresentar condicionado ao interesse supremo do Estado, ou seja, à sua preservação e segurança.

Num momento em que entravam em decadência as instituições políticas medievais e se fortalecia a exigência do soberano como fonte e detentor de todo poder político, o cumprimento da tarefa de garantir, acima de tudo, a estabilidade e a segurança do Estado impunha, como exigência irrecusável, que o poder fosse exercido por um monarca absoluto dotado da “virtù” necessária para que pudesse, sozinho, superar as armadilhas da “fortuna” e conduzir o Estado, com todos os meios à sua disposição, ao esplendor de sua autonomia e realização política (22).

Por outro lado, Maquiavel, nos **Discursos**, demonstra estar dominado por tal entusiasmo em relação à experiência política da Roma clássica que se lhe obscurece o senso crítico na apreciação da validade do paradigma que a política romana podia representar para os homens do Renascimento. De fato, convencido da imutabilidade da natureza humana, acreditava ingenuamente que a república romana podia representar modelo perfeito de realização política a ser imitado pelos povos de seu tempo que, ao adotá-lo, realizariam, em função de um permanente retorno histórico de todas as coisas, a mesma grandeza política da Roma antiga.

A república romana se destacava aos olhos de Maquiavel pelo respeito à liberdade de seus cidadãos e pela participação concedida ao povo na direção do Estado. A liberdade, entretanto, não constituía dom da natureza aos cidadãos nem concessão magnânima do Estado. Resultava das lutas políticas determinadas pelos conflitos de interesses das diversas facções que compunham o tecido social e que se encontravam representadas no governo do Estado. A fecundidade das lutas

políticas gera a liberdade. A participação do povo no governo republicano do Estado em que à democracia se associam a monarquia e a aristocracia constitui garantia de estabilidade e força política do Estado.

Por mais violento que possa ser o entrechoque das diversas facções políticas geradoras da liberdade, o Estado maquiaveliano deverá resguardar sempre sua absoluta autonomia. Jamais se curvará perante qualquer poder externo e não admitirá em seu seio o vírus pernicioso de grupos queousem se esquivar ou se opor a seu poder soberano.

Como entender, então, a liberdade individual sendo que ela jamais poderá ultrapassar os limites a ela impostos pela soberania absoluta do Estado?

Certamente, a concepção maquiaveliana de liberdade não poderá se identificar com a noção de liberdade individual existente no mundo moderno. Mesmo nascida dos conflitos entre os diversos grupos no interior do Estado, a liberdade do cidadão não ultrapassa os limites impostos pela lei e com ela se identifica na medida em que a lei é expressão da vontade soberana do Estado que não permitirá jamais prevaleçam interesses particulares em detrimento do interesse geral.

Dessa forma, o indivíduo não pode afirmar direitos invioláveis perante a onipotência do Estado a ponto de constranger o Estado ao dever de respeitar esses direitos. Todo direito será concedido ao indivíduo pelo Estado em função do interesse comum. No relacionamento com outros Estados, a lei normalizadora de suas relações recíprocas é a lei da força (23) que faz com que os Estados se mantenham constantemente preparados para a guerra e, através dela, para a defesa de seus direitos. A autonomia absoluta do Estado exige dele que busque sua segurança e sobrevivência em suas próprias forças e recuse, por conseguinte, as tradicionais subordinações do Estado a Deus, ao direito natural, à Igreja e às normas da moral.

Esse Estado autônomo e autárquico, comparável, segundo Maquiavel, a um organismo vivo em que as células ou os organismos que o compõem não são ainda considerados cidadãos iguais perante a lei e aptos a participar do governo do Estado, enfrenta, entretanto, o risco da corrupção. A ausência da “aptidão para a vida

livre” e a carência do “sentido de solidariedade” representam os germes capazes de contaminar o organismo do Estado e minorar-lhe a saúde política através da sobreposição de interesses particulares e egoístas aos supremos interesses da coletividade e do Estado.

Como restaurar, nessas circunstâncias, a saúde combalida do Estado? A restauração da vitalidade política do Estado poderá ocorrer sob a pressão de forças externas que constrangerão o Estado à busca desesperada de suas últimas reservas de energia para repelir o agressor; poderá também nascer essa restauração da capacidade de renovação natural das instituições; ou ainda, se dará como consequência, do surgimento de um reformador, cuja “virtude” se apresente à altura da tarefa a executar. A busca, por todos os meios, da restauração do Estado não pode vacilar nem mesmo diante da utilização dos meios mais cruéis como a eliminação sumária dos responsáveis pela corrupção do Estado. Não só. Recomendava ainda Maquiavel, a cada dez anos, execuções memoráveis em função do fato de que, segundo ele, além desse tempo, os homens começam a não temer as leis e se arriscam a violá-las. (24).

A estabilidade interna e a higidez das instituições políticas, entretanto, não se revelam ainda suficientes para a preservação da autonomia do Estado. Num contexto sócio-político todo tecido de relações de força, a luta, a competição e a ambição de conquista se impõem como ingredientes necessários do relacionamento político entre os Estados. A pretensão de fruição tranquila da paz no interior das fronteiras do Estado politicamente bem constituído e auto-suficiente representa, à luz da observação cuidadosa dos fatos, imperdoável ingenuidade política destinada fatalmente a comprometer a estabilidade e a sobrevivência do Estado (25). Já o ensinara a sabedoria política romana: “Se queres a paz, prepara-te para a guerra”. A preparação constante para a guerra de defesa ou de conquista supõe a constituição de exércitos bem organizados, bem armados e bem treinados, com soldados oriundos do povo e preparados para o exercício das tarefas militares com patriotismo, bravura e disciplina. (26).

Aos vencidos se reservam os rigores de uma política em que vigora sempre, em nome do bem comum, a lei do mais forte. Entretanto, por um

deses paradoxos que desafiam a perspicácia dos estudiosos de seu pensamento, Maquiavel considera o povo, que ingressa na constituição do Estado, como **matéria** que encontra naturalmente na forma representada pelo fundador do Estado o elemento determinante e ordenador, embora não arbitrário, de seu destino político. Esse hilemorfismo político, que reflete a doutrina aristotélica da matéria e da forma como componentes intrínsecos do real - doutrina que se encontrava presente na Escolástica contemporânea de Maquiavel. - nos revela que para o pensador florentino, o fundador do Estado não se apresenta como causa eficiente única, absoluta e arbitrária da estruturação política do Estado, nem se coloca como responsável exclusivo pela manipulação do povo a fim de conduzi-lo inerte à realização dos objetivos que ele, o fundador, e só ele, lhe traça.

Muito ao contrário, ao fundador do Estado cabe conhecer e interpretar os anseios da coletividade e permitir ao povo - que representa a **matéria** na composição do Estado - a descoberta da **forma** política que mais lhe convém, jamais se descuidando de colocar toda a potência de sua "virtù" fundadora e organizadora a serviço da realização dos interesses exclusivos da comunidade. Com isso, o que se espera do fundador e ordenador do Estado - como elemento formal e determinante na constituição da sociedade política - se reduz apenas à eficácia em suas ações em busca do bem comum e os resultados alcançados na realização dos interesses da coletividade, embora condenáveis na sua efetivação meramente fatural, como a fraude (27), serão sempre justificados enquanto coincidentes, na eventualidade de sua realização, com os objetivos supremos da comunidade (28). A tarefa de conduzir com eficácia um povo à realização de seus interesses políticos fundamentais não permite, portanto, ao fundador e organizador do Estado indecisões e titubeios quanto à seleção e qualificação dos meios a serem empregados com essa finalidade.

Um dos instrumentos de eficácia política indiscutível, porque comprovada pelo testemunho da própria história de Roma, para assegurar a estabilidade e promover a grandeza do Estado é representado, na opinião de Maquiavel, pela religião.

O realismo de sua política extremamente pragmática conduz o pensador florentino a desco-

brir - à luz dos ensinamentos proporcionados pela história romana - na religião a fonte da coesão interna do Estado, de sua estabilidade política, de seu poder soberano, capaz de despertar nos súditos a obediência e o respeito às leis, o patriotismo, a disciplina moral contra a corrupção dos costumes e, até mesmo, a disponibilidade para o sacrifício da própria vida em prol da pátria.

Há, entretanto, no entender de Maquiavel, diferenças fundamentais entre a religião praticada na antiga Roma, responsável pela grandeza e poder do império romano, e a religião desfibrada e apática em vigor, em sua época, na Itália.

A religião pagã, instrumento para a construção da grandeza da Urbe romana e de seu poderoso império, profunda e intimamente integrada ao Estado, se apresenta como a religião que enaltece a força, incentiva a coragem e o heroísmo, estimula a ação, glorifica o sacrifício pela pátria e engrandece a ambição de glória e de poder.

A religião cristã e católica, ao contrário, apregoando a independência da Igreja em relação ao Estado, aparece, aos olhos de Maquiavel, como a religião que prega o desprezo pelas coisas do mundo, recomenda a busca de uma pátria que se constrói na eternidade e não no tempo, incentiva a humildade e a submissão servil, menospreza a ação e enaltece a contemplação. Além disso, a religião praticada em sua época pelos católicos se apresenta maltratada e enfraquecida por representantes corruptos, denunciados com veemência por Savonarola, os quais, além de acentuarem a pobreza intrínseca de sua mensagem, destroem a fé e as convicções religiosas da população, tornando os homens ainda piores do que naturalmente são. Mais ainda: no plano específico da política, essa religião, ao invés de colaborar para a grandeza e unidade da Itália, se torna responsável por todos os males oriundos de sua divisão interna (29).

Não obstante enalteça as virtudes da religião de Roma e condene a fraqueza e a inércia da religião cristã e católica de sua época cuja verdade, entretanto, no fundo, reconhecia, Maquiavel atribuía à religião função meramente instrumental. Considerava-a pragmaticamente como fator de civilização e aperfeiçoamento dos povos e como elemento de eficácia cívico-educativa destinado a integrar íntima e harmonicamente o cidadão ao

Estado e a prepará-lo pedagogicamente para o cumprimento de seus deveres em vista da realização do bem da coletividade.

2. ÉTICA NO PENSAMENTO DE MAQUIAVEL

As posições defendidas por Maquiavel no terreno da teorização política para a construção de uma ciência política e não mais de uma filosofia política, como era tradicional, apresentam como pressuposição fundamental e nuclear, a concepção do Estado como valor supremo e absoluto cujo poder e autonomia não podem encontrar limites de qualquer natureza.

A partir dessa concepção de Estado, Maquiavel desencadeia o processo de construção de sua ciência política mediante o emprego rigoroso de uma nova metodologia imposta pela interpretação naturalista do real derivada do aristotelismo averroísta em voga em sua época. Essa nova metodologia propunha buscar na observação direta dos fatos e não mais nas teorias dos filósofos, especialmente de Aristóteles, as bases para a construção da ciência, em geral, e da política, em particular.

Era perfeitamente natural e inevitável, portanto, que a política construída por Maquiavel, fundamentada na pressuposição do valor absoluto do Estado e apoiada metodologicamente na observação direta dos fatos e nos ensinamentos da história, ingenuamente interpretados, encontrasse, ao se defrontar com a ética cristã, oposições ferrenhas tanto por parte daqueles que descobriam e condenavam nela seu **imoralismo** político quanto por parte daqueles que alertavam para o total **amoralismo** das teorias políticas de Maquiavel.

Na verdade, a ciência política de Maquiavel parecia pretender se colocar fora da órbita da influência cultural do cristianismo cuja filosofia, entretanto, representava precioso legado outorgado pela Idade-Média ao Renascimento. De fato, Maquiavel, na elaboração de sua política assumia posições que se demonstravam claramente incompatíveis com doutrinas fundamentais do pensamento cristão.

Duas razões podem ser aventadas para explicar esse distanciamento do pensamento político

de Maquiavel em relação a doutrinas fundamentais da filosofia cristã: a primeira consiste em que Maquiavel, ao tratar de política, pretende, em função da metodologia adotada para essa finalidade, construir ciência baseada em fatos e não em elucubrações de ordem metafísica ou religiosa; a segunda razão, de caráter mais circunstancial, era representada pela admissão preconceituosa de certa fraqueza e inépcia da religião cristã para a solução dos grandes problemas políticos que atormentavam os italianos, em seu tempo, especialmente quando constatava que os representantes corruptos da religião católica não se mostravam suficientemente fracos para permitir a reunificação política da Itália, nem suficientemente fortes para promovê-la.

De fato, insiste Maquiavel em proclamar que seu objetivo consiste em construir nova ciência política, realisticamente fundamentada na experiência (30). Pretende que suas recomendações no terreno da política se revistam de utilidade (31) e funcionem como técnica segura ou pragmática política consistente - porque fundamentada na "verdade efetiva das coisas". - para a conquista ou para a preservação do poder no Estado.

À luz dessas considerações, ressalta evidente o radical amoralismo da política de Maquiavel. Consequentemente, a posição daqueles analistas do pensamento político dosecretário florentino que consideram tenha ele construído uma moral diferente da moral cristã e em substituição a ela, assumindo, como referencial básico de sua ética, a concepção do Estado como valor absoluto, não parece interpretar corretamente o pensamento maquiaveliano.

De fato, toda a atenção de Maquiavel se encontrava direcionada para a elaboração de uma política que propusesse ao príncipe, em base à experiência direta das coisas e aos ensinamentos da história, os comportamentos a serem por ele adotados para a conquista e manutenção do poder no Estado. Com essa metodologia, decididamente antimetafísica, a ciência moderna e, em particular, a política de Maquiavel, alcançam a própria autonomia epistêmica e passam a operar com um **logos** radicalmente desvinculado de um **ethos** que elas não têm condições de justificar, enclausuran-

do-se, por conseguinte, no interior de uma total neutralidade ética. Dessa forma, coerentemente, a avaliação dos comportamentos propostos ao príncipe para o exercício efetivo de sua atividade política não se dará em função da bondade ou maldade moral que eles realizem, mas em base à eficácia deles para a consecução dos objetivos colimados na efetivação do governo do Estado.

Como expressão acabada da neutralidade ética da política de Maquiavel, o conceito naturalista de “virtù” por ele assumido como essencial para o príncipe no desempenho de suas funções de governante do Estado, esvazia totalmente a noção de virtude de seu significado ético para assumir sentido meramente operacional e técnico e, por conseguinte, político.

Na verdade, desde a “areté” socrática, que assinalava o instante privilegiado do surgimento de uma verdadeira ciência do **ethos**, a reflexão filosófica ocidental, ao longo dos séculos de sua história que antecedem o momento renascimental, especulou, iluminada pelo pensamento cristão, em torno de um conceito de “virtude”, de profunda densidade ética, consistente numa qualidade habitual do sujeito humano que, adquirida pela repetição de atos, lhe proporciona facilidade para bem operar, ou seja, para realizar ações que o aperfeiçoem individualmente como ser humano. Esse é o conceito de virtude, de conteúdo profundamente ético, que desaparece por força do naturalismo metodológico com que Maquiavel pretende construir sua política, despojando-a de qualquer fundamentação no terreno filosófico e de qualquer compromisso ético, para transforma-la exclusivamente num mero fazer político apoiado apenas na experiência dos fatos. O naturalismo que informa a metodologia maquiaveliana determina, assim, em termos gerais, a separação radical, nos tempos modernos, entre ética e política e, ao mesmo tempo, oferece fundamentação para o distanciamento cada vez mais insuperável, entre ética e direito, considerado este como expressão exclusiva da vontade soberana do Estado.

Essa mesma metodologia, aplicada à construção da política, esvazia, nesse contexto, de sua eticidade imanente todos os demais conceitos da ética tradicional. Assim, a noção de “dever”, ao perder seu significado ético, assume, na política de Maquiavel, o sentido de obrigação de procurar,

acima de tudo, a realização, ou seja, o bem da comunidade política e não interesses particulares. Da mesma forma, a “prudência”, nesse contexto, se converte em sagacidade e esperteza na realização dos interesses soberanos do Estado a ponto de se tornar perfeitamente compatível com o desrespeito à palavra empenhada (32). Por outro lado, a noção de “bem”, esvaziada de seu sentido ético, passa a significar, no contexto da política de Maquiavel, tudo quanto redunde na realização política do Estado. Por isso, na expressão de Maquiavel, é perfeitamente possível a existência de “crueldades bem praticadas” (33). O que verdadeiramente importa, em política, segundo as observações do secretário florentino, é “o êxito bom ou mau” (34) e, por conseguinte, a eficácia da ação, coincidindo, não raro, a bondade, no seu sentido ético, com incompetência política. Por outro lado, a maldade sob o aspecto ético, representa, com frequência, o caminho mais seguro para a manifestação de competência e para consecução de êxito no desempenho da atividade política.

A lógica da “razão de Estado”, na sua inexorável coerência, chega a permitir a Maquiavel, sem constrangimentos e pudores hipócritas, enaltecer a “prudência” de Cesar Bórgia e propor, à luz da observação fria e implacavelmente objetiva dos sombrios meandros da política efetivamente praticada, “o exemplo das ações do duque” (35) como modelo de atuação política em que ele, Maquiavel, não encontra “motivo de censura”.

Esse total amoralismo da política de Maquiavel, pelo qual se esvaziam de sua eticidade noções fundamentais da ética tradicional, resulta, com inexorável coerência, da tentativa maquiaveliana de assegurar à política o status de ciência fundamentada apenas na “verdade efetiva das coisas” e nos relatos da história. Com isso, a política não apenas se apresentava distinta da filosofia mas dela separada e, por conseguinte, construída sob a orientação de uma metodologia destinada a livrá-la da autoridade de Aristóteles e da obediência, como o exigiam os preconceitos dominantes na época, a pressupostos nebulosos de uma metafísica distante do real, para conferir à ciência da política autonomia epistemológica plena e resguardar-lhe a mais completa liberdade de pesquisa para a identificação, no mundo extremamente complexo do efetivo comportamento

político, das leis capazes de assegurar a eficácia da ação política no governo do Estado.

O naturalismo que inspira a nova metodologia para a construção da ciência política se, por um lado, permite e privilegia uma concepção mais realista da política, objetivamente aderente à realidade do governo efetivo do Estado, por outro, a empobrece enquanto extermina, no processo de sua realização, todos os valores que se proponham como alternativas ao valor único e supremo do Estado e que se mostrem capazes de resguardar a dignidade dos cidadãos. Apresenta, entretanto, a posição política de Maquiavel contribuição decisiva para a demarcação e delimitação definitivas das fronteiras que separam ética e política. Não deixa de evidenciar, porém, concomitantemente, o fato incontestável de que o agente político é o homem que, enquanto homem, não pode jamais se despojar de seus compromissos éticos fundamentais, compromissos que o afetam em razão de sua realidade de homem e não do fato meramente circunstancial de ele, num determinado momento de sua vida, exercer atividade política.

Em base a essas considerações, o político, caso se encontre empenhado em fazer política, não poderá jamais, enquanto pessoa humana, se eximir de suas responsabilidades éticas. Na verdade, se a ética se separa da política, a ética não se separa do político a quem cumpre assumir inteira responsabilidade ética por todas as suas ações conscientemente praticadas, sejam elas políticas ou não. Estabelece-se, dessa forma, distinção fundamental entre política como ciência que resguarda inteiramente sua autonomia epistemológica e sua neutralidade ética, e o político que, enquanto homem, no exercício consciente da ação política, jamais poderá se esquivar dos compromissos éticos que seu agir político necessariamente envolve. Tal distinção deverá funcionar como elemento decisivo de poder clarificador, toda vez que se propuser o problema, de extrema relevância para a sociedade contemporânea, do relacionamento entre ética e política.

CONCLUSÃO

A indigência axiológica da política maquiaveliana constitui, portanto, decorrência

natural da pretensão que apresenta essa política de se propor como ciência ou técnica do fazer político que encontra na “experiência das coisas modernas” e na “contínua lição das antigas” a garantia de sua autonomia epistemológica perante a afirmação gratuita da inconsistência da filosofia política tradicional.

Maquiavel demonstra estar consciente do caráter revolucionário e profundamente inovador de sua proposta política.

Na medida, entretanto, em que a ciência ou a técnica política maquiaveliana adquire consistência epistemológica e se separa do modelo tradicional de filosofia política representado pela filosofia política antiga e medieval, automaticamente ela se desvincula também de quaisquer compromissos de ordem moral. De fato, a ciência ou técnica política proposta por Maquiavel, em base à política efetivamente realizada nas cidades e principados italianos do período renascentista, como toda ciência ou técnica, se apresenta, em função de sua própria realidade, ou seja, de seu próprio estatuto epistemológico, totalmente isenta de responsabilidades morais. A normatividade dos princípios e diretrizes da política como tal, enquanto impõem comportamentos considerados eficazes para a realização dos objetivos do governo do Estado, constitui normatividade completamente distinta da normatividade ética e a ela irreduzível. A norma ética apóia a obrigatoriedade e a universalidade de suas prescrições em exigências fundamentais constatadas como existentes no íntimo da própria realidade do homem. Prescreve a norma ética comportamentos que o homem, em consciência, não pode deixar de realizar caso pretenda, livremente, chegar através desses comportamentos à realização sempre mais perfeita de si mesmo em todas as dimensões de sua realidade de pessoa humana. A norma política, diferentemente da norma ética, impõe prescrições cuja força se apóia no poder do Estado, cuja capacidade de vinculação incide apenas sobre o comportamento externo do cidadão e cuja obrigatoriedade e universalidade derivam do quadro de referenciais assumidos pelo Estado num determinado tempo e lugar, de acordo sempre com seus objetivos e interesses e impostos pela força.

Conseqüentemente, enquanto a normatividade ética deriva de exigências fundamentais da

própria realidade do homem, a normatividade política, no pensamento de Maquiavel, nasce da vontade soberana do Estado. Assim, o bom cidadão, do ponto de vista político, é aquele que cumpre as leis do Estado. Sob o aspecto ético, porém, o bom cidadão é aquele que, acima de tudo, obedece às normas éticas que representam expressões de exigências fundamentais de sua própria realidade de homem e cumpre, ao mesmo tempo, as leis emanadas do Estado enquanto tais leis atendem à necessidade de realização de um convívio harmonioso entre os cidadãos e não estabelecem conflito com as normas impostas pela moral as quais deverão sempre prevalecer, em caso de conflito com as leis do Estado.

Não existe portanto, nem pode jamais existir obrigação que efetivamente se proponha como obrigação moral capaz de incidir sobre realidades, sejam elas quais forem, destituídas de liberdade. Somente o homem dentre todos os seres do universo se apresenta como sujeito de obrigação moral. Conseqüentemente, o político jamais poderá eximir-se, como ser humano dotado de liberdade, de assumir todas as responsabilidades por suas ações, sejam elas políticas ou não. Tais ações serão avaliadas, do ponto de vista moral, à luz de sua própria realidade de homem, assumida como referencial para todas as avaliações morais. A política, como ciência, se esmera em propor regras de comportamento condicionadas, exclusivamente, à satisfação dos interesses e objetivos do Estado. Tais diretrizes só serão passíveis de avaliação política e não ética, em base à eficácia de que se revestem para a consecução dos fins políticos almejados. Em síntese: a política, enquanto ciência, é moralmente neutra; o político, enquanto homem, agindo de forma consciente e livre, jamais poderá assumir posição de neutralidade ética, responsabilizando-se integralmente por todas as suas ações. Da mesma forma, a matemática, enquanto ciência, é absolutamente neutra, sob o aspecto moral; o matemático, como homem, deve, ao contrário, assumir inteira responsabilidade moral por todas as ações que conscientemente praticar.

NOTAS

(1) Na expressão de Campanella (1568-1639), “*exiit Machiavelismus ex peripateticismo*” (De gentilismo non

retinendo, 19) e o aristotelismo averroista, na sua opinião, constitui a “*officina machiavellismi*” (ibid 20) Referências em FABRO, C. (org) *Storia della filosofia*. Roma: Coletti Editore, p. 369. nota 105.

(2) MAQUIAVEL. *O príncipe*. cap. XV.

(3) Ibid. cap. XVII.

(4) Ibid. cap. XII.

(5) Ibid. cap. XIV.

(6) Ibid. cap. XVIII.

(7) Ibid. cap. XVIII.

(8) Ibid. cap. XVIII.

(9) Q. SKINNER. *As fundações do pensamento político moderno*. p. 176.

(10) MAQUIAVEL. *O príncipe*. cap. V.

(11) Ibid. cap. VI.

(12) Ibid. cap. VII.

(13) Ibid. cap. VIII.

(14) MAQUIAVEL. *Discursos*. 3, cap. III.

(15) Ibid. cap. I.

(16) MAQUIAVEL. *O príncipe*. cap. IX.

(17) Ibid. cap. XII.

(18) Ibid. cap. XIV.

(19) Ibid. cap. XV.

(20) Ibid. cap. XVI.

(21) Ibid. cap. XVIII.

(22) Maquiavel não analisou, de modo particular, o conteúdo conceitual dos termos “*virtù*” e “*fortuna*”. Assume-os do ambiente cultural que envolve a elaboração de seu pensamento político. Não deixa, entretanto, de enriquecê-los com matizes de significado derivados de sua observação pessoal ao se defrontar com figuras históricas de grandeza exponencial que souberam, no momento oportuno, colocar a serviço da pátria todo o conjunto de excepcionais qualidades de que se achavam revestidas, representando, assim, para Maquiavel, pessoas nas quais se realizava a encarnação da “*virtù*”. Em base a isso, no contexto do pensamento político de Maquiavel, “*virtù*” passa a representar um conjunto de qualidades, entre as quais se destacavam a intuição e a sagacidade, capazes de levar determinados indivíduos, a realizar, mediante a conjugação segura e eficaz de meios e fins, o bem da coletividade, independentemente da qualificação moral que possa incidir sobre suas ações.

A “*fortuna*”, por sua vez, significa, para Maquiavel, o conjunto das circunstâncias que representam oportunidade ou obstáculo para a realização de grandes empreendimentos e sobre as quais o indivíduo dotado de “*virtù*” faz prevalecer a eficácia de sua ação, intuindo com perspicácia o momento propício para executá-la.

(Cf. *O Príncipe*. cap. XXV).

(23) MAQUIAVEL. *Discursos*. 2, cap. XIX.

(24) Ibid. 3, cap. I.

(25) Ibid. 2, cap. XIX.

(26) Ibid. 3, cap. XXXVI.

(27) Ibid. 3, cap. XL.

(28) Ibid. 1, cap. IX.

(29) Ibid. 1, cap. XII.

(30) MAQUIAVEL. *O príncipe*. cap. XVIII.

(31) Ibid. cap. XV.

(32) Ibid. cap. XVIII.

(33) Ibid. cap. VIII.

(34) Ibid. cap. XVIII.

(35) Ibid. cap. VII.

BIBLIOGRAFIA

1. ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *Maquiavel: a lógica da força*. 3.ed. S. Paulo: Moderna, 1993.
2. BIGNOTTO, Newton. As fronteiras da ética: Maquiavel. In: Adauto Novaes (org). *Ética*. S. Paulo: Cia. das Letras: Sec. Municipal da Cultura, 1992.
3. _____. *Maquiavel Republicano*. S. Paulo: Loyola, 1991.
4. CABRAL, Cleides Antonio. Maquiavel: Ética e poder. *Revista Filosofazer*. v. 1, n. 7, nov. 95. p. 42-50.
5. CHEVALLIER, Jean-Jaques. *As grandes obras políticas de Maquiavel a nossos dias*. Rio de Janeiro: Agir, 1982.
6. DUVERNOY, J. F. *Para conhecer o pensamento de Maquiavel*. trad. Sueli Bastos. Porto Alegre: L.P.M., 1984. 324p.
7. ESCOREL, Lauro. *Introdução ao pensamento político de Maquiavel*. S. Paulo: Simões Editora, 1958.
8. FABRO, Cornélio. *Storia della filosofia*. Roma: Coletti Editore, 1954.
9. GUSDORF, Georges. *Ciência e poder*. S. Paulo: Convívio, 1983.
10. LARIVALLE, Paul. *A Itália no tempo de Maquiavel*. Trad. Jônatas Batista. São Paulo: Cia. das Letras / Círculo do Livro, 1988. 277 p.
11. LIMA VAZ, Henrique C. Ética e política. In: *Escritos de filosofia II*. S. Paulo: Loyola, 1988.
12. LINO GOMES, João Carlos. Ética, política e poder em Maquiavel. *Síntese*. v. 20, n. 60, jan./mar. 1993. p. 79.
13. MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. Trad. Lívio Xavier. S. Paulo: Nova Cultural, 1996.
14. _____. *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*. Trad. Sérgio Bath. 3. ed. Brasília: UnB, 1994.
15. _____. *Escritos políticos*. Trad. Lívio Xavier. S. Paulo: Nova Cultural, 1996.
16. MOUNIN, George. *Maquiavel*. Trad. Joaquim João Coelho Roso. Lisboa: Edições 70. 1984. 94 p.